PROJETO DE LEI No., DE 2007
(Da Deputada Solange Amaral)

Cria o Dia Nacional do Ciclista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Ciclista, a ser comemorado, anualmente, no dia **19 de Agosto**.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei objetiva criar o Dia Nacional do Ciclista, a ser comemorado, anualmente, no dia 19 de Agosto.

Nesse dia, em 2006, um estudante de biologia prestes a se graduar, Pedro Davison, foi alvejado e morto em pleno Eixo Rodoviário do Distrito Federal.

Pedro Davison tornou-se vítima fatal de um motorista que transgrediu os preceitos do Código de Trânsito Brasileiro.

Motorista que atropelou Pedro Davison em faixa proibida a circulação de veículos automotores e que, ao chocar-se com a bicicleta de Pedro por trás, não de assistência à vítima e fugiu. E fugiu porque sua carteira de habilitação estava vencida.

Pedro Davison foi mais uma vítima do caos que tipifica o trânsito nas ruas e nas rodovias brasileiras.

O acidente em que Pedro Davison foi morto repete-se, à exaustão, nas vias de rolamento do País.

Motoristas transgressores, que dirigem alcoolizado e em velocidade excessiva, matam pessoas, infelicitam famílias e geram prejuízos milionários à Nação.

No Brasil, apesar da violência do trânsito, existem cerca de 50 milhões de bicicletas.

Essa frota é utilizada, em sua esmagadora maioria, por operários, que dependem da bicicleta para ir trabalhar e ao lar retornar.

E que, ao rodarem em média 50 minutos a cada dia da semana, correm imensos riscos de serem vitimados, de morrerem.

A esta Casa submeti, na primeira semana desta Legislatura, o Projeto de Lei 74/2007, que altera o Código de Trânsito Brasileiro para nele introduzir a figura do crime doloso cometido por motoristas transgressores contra ciclistas e pedestres.

Agora, proponho a meus Nobres Pares a criação do Dia Nacional do Ciclistas, com o objetivo de, na data sugerida, incentivarmos a população brasileira a praticar uma reflexão sobre os problemas do trânsito e sobre a conveniência de nos debruçarmos sobre a necessidade de pavimentarmos uma política de trânsito que configure, na realidade, uma política de Estado voltada para garantir, a todos, efetiva Mobilidade Social.

E garantir Mobilidade Social implica, antes e acima de tudo, assegurar às pessoas a condição concreta de realizar a opção pelo transporte alternativo por intermédio da bicicleta, o que contribuirá, decisivamente, não apenas para reordenar o trânsito, harmonizando-o. Mas, também, para reduzir a emissão de monóxido de carbono e reduzir o índice de doenças crônico-degenerativas.

Sala das Sessões, de abril de 2007.

**Deputada Solange Amaral.
DEM / RJ**